

Brasil

Produtividade com emprego

A economia brasileira enfrentou nos anos 90 um ajuste penoso, para se adaptar à abertura do mercado e à estabilização de preços. Foi preciso buscar competitividade, tanto na indústria quanto na agricultura, e isso se fez, durante a maior parte da última década, com severa redução de empregos. Essa fase parece estar vencida. No primeiro semestre, a produção industrial brasileira foi 6,8% maior que a de um ano antes. No mesmo período, o pessoal empregado foi 0,1% mais numeroso que o de janeiro a junho do ano passado. Embora pequeno, este aumento foi significativo, por ser, muito provavelmente, o marco de uma nova etapa.

A indústria continua ganhando eficiência, como na maior parte dos anos 90, mas agora com expansão do emprego. Essa evolução tem-se traduzido em aumento do bolo salarial. Em junho, o total de salários pagos pelo setor foi 0,9% superior ao de igual mês de 1999. Descontada a inflação, o salário médio ainda foi 1,1% menor que o de um ano antes, mas a tendência tem sido de recuperação. Estão sendo criadas, tudo parece indicar, condições para um crescimento econômico mais firme, com maior absorção de mão-de-obra e

um mercado interno mais dinâmico. Se o ganho de produtividade se mantiver em ritmo razoável, será possível sustentar a expansão da economia sem pressões inflacionárias.

Diferentes economistas têm estudado a evolução da produtividade nos vários setores, a partir do início dos anos 90. Há um acordo geral sobre um ponto: houve um aumento importante de eficiência, pelo menos na indústria e na agropecuária. Tem havido, no entanto, divergência quanto aos números. O estudo mais amplo foi realizado pelo economista Régis Bonelli, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse trabalho cobre o período de 1991 a 1998 e se refere a 42 classes de atividades. O crescimento anual da produtividade, considerado o conjunto, foi de 2,53%, um número apreciável. Para a agropecuária, a expansão foi de 3,98%, segundo o estudo. Os segmentos de serviços, excetuados aqueles de utilidade pública, apresentaram os piores indicadores, com perda de eficiência, em muitos casos. Na indústria, o desempenho



O ESTADO DE S. PAULO

foi variado, oscilando entre um ganho de 0,78%, na produção de vestuário e de acessórios, e 11,73% ao ano na extração de petróleo, gás e carvão. Na siderurgia, o aumento anual de produtividade foi de 10,15%, um resultado notável que ajuda a explicar por que tem havido tanta resistência, em certos mercados, principalmente o norte-americano, às vendas brasileiras de aço. O setor têxtil, por

muito tempo um segmento pouco dinâmico, teve um ganho anual de eficiência de 5,06%, com evidente melhora de competitividade.

Alguns estudos têm apontado variações de produtividade até maiores. Há discussões a respeito do assunto e mais pesquisas deverão contribuir, certamente, para a definição mais precisa do quadro. O importante, neste momento, não é a escolha entre números divergentes. Certas tendências parecem bem definidas. Depois da fase inicial de ajuste, a economia brasileira volta a criar empregos. Na indústria, de modo especial, há fortes indicações de estar superada a fase de elimina-

ção de postos de trabalho. Com a redução do emprego, durante a maior parte dos anos 90, os indicadores de produtividade da mão-de-obra cresceram com rapidez. Obviamente, demissões não bastam para tornar as empresas mais eficientes. Houve mudanças na administração e na organização do trabalho, assim como têm ocorrido investimentos em máquinas mais modernas. Os investimentos continuam a ser feitos, assim como se continua a assimilar novas tecnologias.

A eficiência cresceu com demissões nos anos 90. Essa fase parece encerrada

ra o prolongado crescimento sem inflação nos Estados Unidos. Não há mistério nesse ponto. Mas a eficiência produtiva e a competitividade também dependem de condições favoráveis fora das empresas – como solidez fiscal, um regime tributário razoável e investimento em capital humano. Falta consolidar essas condições, no Brasil.